Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 5

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023 7

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022 8

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021 9

Demonstração de Valor Adicionado 10

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho 11

Notas Explicativas 13

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 29

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 32

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 33

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 34

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	46.011.632
Preferenciais	38.670.637
Total	84.682.269
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	1.094.723	1.078.619	1.048.687
1.01	Ativo Circulante	62.484	69.620	70.356
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	23	64	457
1.01.02	Aplicações Financeiras	60.509	66.131	68.928
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	60.509	66.131	68.928
1.01.02.01.03	Títulos para Investimento	60.509	66.131	68.928
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.952	3.425	971
1.01.08.03	Outros	1.952	3.425	971
1.02	Ativo Não Circulante	1.032.239	1.008.999	978.331
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	174	551	530
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	174	551	530
1.02.01.10.03	Outros Ativos	174	551	530
1.02.02	Investimentos	1.032.059	1.008.442	977.795
1.02.02.01	Participações Societárias	1.032.059	1.008.442	977.795
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.032.018	1.008.401	977.754
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	41	41	41
1.02.03	Imobilizado	6	6	6
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6	6	6

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	1.094.723	1.078.619	1.048.687
2.01	Passivo Circulante	11.799	11.752	9.685
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9	9	9
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	9	9	9
2.01.02	Fornecedores	1.542	742	699
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.542	742	699
2.01.03	Obrigações Fiscais	522	1.913	134
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	522	1.913	134
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais	522	1.913	134
2.01.05	Outras Obrigações	9.726	9.088	8.843
2.01.05.02	Outros	9.726	9.088	8.843
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	9.096	8.522	8.343
2.01.05.02.04	Participação nos Lucros de Administradores	630	566	500
2.02	Passivo Não Circulante	92	116	116
2.02.02	Outras Obrigações	92	116	116
2.02.02.02	Outros	92	116	116
2.02.02.02.03	Outros Passivos	92	116	116
2.03	Patrimônio Líquido	1.082.832	1.066.751	1.038.886
2.03.01	Capital Social Realizado	430.245	404.933	397.552
2.03.02	Reservas de Capital	10.319	9.937	9.573
2.03.02.07	Res.para Manut. Cap. Giro Próprio	378	378	378
2.03.02.08	Reserva de Incentivos Fiscais	667	667	667
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	9.274	8.892	8.528
2.03.04	Reservas de Lucros	612.296	621.909	571.165
2.03.04.01	Reserva Legal	59.898	59.070	55.751
2.03.04.02	Reserva Estatutária	382.969	396.485	356.563
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	169.429	166.354	158.851
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	29.972	29.972	60.596

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	9.042	60.194	17.998
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.902	-4.511	-3.662
3.04.02.01	Despesa de Pessoal	-3.436	-3.356	-2.991
3.04.02.02	Outras Despesas Administrativas	-3.466	-1.155	-671
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	199	79	38
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	15.745	64.626	21.622
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	9.042	60.194	17.998
3.06	Resultado Financeiro	7.970	7.766	1.362
3.06.01	Receitas Financeiras	7.970	7.766	1.362
3.06.01.01	Receita de Juros	7.970	7.766	1.362
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	17.012	67.960	19.360
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-457	-1.569	0
3.08.01	Corrente	-457	-1.569	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	16.555	66.391	19.360
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	16.555	66.391	19.360
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,18696	0,74976	0,21864
3.99.01.02	PNA	0,20565	0,82474	0,2405
3.99.01.03	PNB	0,20565	0,82474	0,2405
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,18696	0,74976	0,21864
3.99.02.02	PNA	0,20565	0,82474	0,2405
3.99.02.03	PNB	0,20565	0,82474	0,2405

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	16.555	66.391	19.360
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-30.570	-985
4.02.01	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	3.760	-4.837
4.02.02	Variação Cambial de Investidas no Exterior	0	-34.330	3.852
4.03	Resultado Abrangente do Período	16.555	35.821	18.375

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-15	3.302	-1.949
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.168	1.744	-2.268
6.01.01.01	Lucro liquido do período	16.555	66.391	19.360
6.01.01.03	Resultado de Avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial	-15.745	-64.626	-21.622
6.01.01.04	Atualização de Deposito Judicial e Impostos a Compesar	52	-21	-6
6.01.01.05	Reversões de Provisões	306	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.183	1.558	319
6.01.02.01	Outros Ativos	-651	-332	493
6.01.02.03	Outros Passivos	-532	1.890	-174
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	2.121	1.230	57.551
6.02.01	Alienação de Bens e Investimentos	0	0	57.254
6.02.02	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	2.121	1.230	297
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-7.769	-7.722	-7.357
6.03.02	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-7.769	-7.722	-7.357
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-5.663	-3.190	48.245
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	66.195	69.385	21.140
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	60.532	66.195	69.385

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	404.933	9.936	621.910	0	29.972	1.066.751
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	404.933	9.936	621.910	0	29.972	1.066.751
5.04	Transações de Capital com os Sócios	25.312	0	-25.312	-8.729	0	-8.729
5.04.01	Aumentos de Capital	25.312	0	-25.312	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-8.729	0	-8.729
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	16.555	0	16.555
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	16.555	0	16.555
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	383	15.698	-7.826	0	8.255
5.06.04	Reserva Legal	0	0	828	-828	0	0
5.06.05	Reserva de Lucros a Realizar	0	0	3.932	-3.932	0	0
5.06.06	Reserva Especial p/ Aumento de Capital	0	0	10.615	-10.615	0	0
5.06.07	Reserva Especial para Dividendos	0	0	1.180	-1.180	0	0
5.06.08	Dividendo não reclamado	0	383	0	0	0	383
5.06.09	Realização de Lucros	0	0	-8.729	8.729	0	0
5.06.10	Adoção Inicial IFRS 17	0	0	7.872	0	0	7.872
5.07	Saldos Finais	430.245	10.319	612.296	0	29.972	1.082.832

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	397.552	9.573	571.165	0	60.596	1.038.886
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	397.552	9.573	571.165	0	60.596	1.038.886
5.04	Transações de Capital com os Sócios	7.381	0	-7.381	-8.265	0	-8.265
5.04.01	Aumentos de Capital	7.381	0	-7.381	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-8.265	0	-8.265
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	66.391	-30.624	35.767
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	66.391	0	66.391
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-30.624	-30.624
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	3.706	3.706
5.05.02.06	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-34.330	-34.330
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	363	58.126	-58.126	0	363
5.06.04	Reserva Legal	0	0	3.319	-3.319	0	0
5.06.05	Reserva de Lucros a Realizar	0	0	15.768	-15.768	0	0
5.06.06	Reserva Especial p/ Aumento de Capital	0	0	42.574	-42.574	0	0
5.06.07	Reserva Especial para Dividendos	0	0	4.730	-4.730	0	0
5.06.08	Dividendo não reclamado	0	363	0	0	0	363
5.06.09	Realização de Lucros	0	0	-8.265	8.265	0	0
5.07	Saldos Finais	404.933	9.936	621.910	0	29.972	1.066.751

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	384.787	9.140	572.633	0	61.581	1.028.141
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	384.787	9.140	572.633	0	61.581	1.028.141
5.04	Transações de Capital com os Sócios	12.765	0	-12.765	-8.063	0	-8.063
5.04.01	Aumentos de Capital	12.765	0	-12.765	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-8.063	0	-8.063
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	19.360	-985	18.375
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	19.360	0	19.360
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-985	-985
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-4.837	-4.837
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	3.852	3.852
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	433	11.297	-11.297	0	433
5.06.04	Reserva Legal	0	0	968	-968	0	0
5.06.05	Reserva de Lucros a Realizar	0	0	4.598	-4.598	0	0
5.06.06	Reserva Especial p/ Aumento de Capital	0	0	12.415	-12.415	0	0
5.06.07	Reserva Especial para Dividendos	0	0	1.379	-1.379	0	0
5.06.08	Dividendo não reclamado	0	433	0	0	0	433
5.06.09	Realização de Lucros	0	0	-8.063	8.063	0	0
5.07	Saldos Finais	397.552	9.573	571.165	0	60.596	1.038.886

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	199	78	38
7.01.02	Outras Receitas	199	78	38
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.064	-437	-536
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.064	-437	-536
7.03	Valor Adicionado Bruto	-2.865	-359	-498
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-2.865	-359	-498
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	23.715	72.392	22.984
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	15.745	64.626	21.622
7.06.02	Receitas Financeiras	7.970	7.766	1.362
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	20.850	72.033	22.486
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	20.850	72.033	22.486
7.08.01	Pessoal	3.436	3.356	2.990
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.955	2.890	2.561
7.08.01.02	Benefícios	400	401	368
7.08.01.03	F.G.T.S.	81	65	61
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	832	2.244	127
7.08.02.01	Federais	832	2.244	127
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	27	42	9
7.08.03.02	Aluguéis	6	10	9
7.08.03.03	Outras	21	32	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	16.555	66.391	19.360
7.08.04.02	Dividendos	8.729	8.265	8.063
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	7.826	58.126	11.297

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Senhores Acionistas,

Temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Alfa Holdings S.A. ("Sociedade"), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, acompanhadas do relatório do auditor independente sobre essas Demonstrações Financeiras e do respectivo parecer do Conselho Fiscal. Os documentos apresentados contêm os dados necessários à análise da performance da Sociedade no exercício. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que venham a ser julgados necessários.

Desempenho das Atividades

Tratando-se de sociedade *holding*, o desempenho da Sociedade reflete, basicamente, o comportamento de suas coligadas. Estas, atuando nos segmentos financeiros e ramos de seguros, apresentaram resultados que proporcionaram à Sociedade uma variação positiva na avaliação de seus investimentos no valor de R$ 15.745 mil em 2023 (R$ 64.626 mil em 2022).

Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023 foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais (IASB), sendo também observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações e as normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis até 31 de dezembro de 2023. As Demonstrações Financeiras relativas ao ano de 2023 estão sendo informadas comparativamente com 2022, conforme estas práticas.

Resultado do Exercício

A Sociedade apresentou no exercício de 2023 um lucro líquido de R$ 16.555 mil (R$ 66.391 mil em 2022), correspondendo a uma rentabilidade de 1,55% (6,39% em 2022) sobre o Patrimônio Líquido inicial de 2023, no valor de R$ 1.066.751 mil (R$ 1.038.886 mil em 2022).

Os resultados obtidos e as disposições legais e estatutárias levaram-nos a propor o pagamento dos seguintes valores aos acionistas por lote de mil ações, relativamente ao 2º semestre de 2023: a título de dividendos, R$530,36 para titulares de ações preferenciais da classe "A", valores estes que somados aos dividendos relativos ao 1º semestre de 2023, totalizaram, R$ 609,68 para titulares de ações preferenciais da classe "A. Não houve pagamento de dividendos para titulares de ações ordinárias e preferenciais da classe "B".

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido atingiu o valor de R$ 1.082.832 mil em 31 de dezembro de 2023 (R$1.066.751 mil em 31 de dezembro de 2022), com crescimento de 1,51% no ano (2,68% em 2022).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ALFA

Capital Social

Em 30 de março de 2023, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária, na qual foi aprovado o aumento do capital social, passando de R$ 404.933 mil para R$ 430.245 mil, mediante aproveitamento de parte das reservas de lucros, sem emissões de novas ações.

Declaração dos Diretores

Conforme Instrução CVM nº 80/2022, a Diretoria declara que, em reunião realizada em 08 de fevereiro de 2024, revisou, discutiu e concordou com a opinião no relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Divulgação sobre Serviços da Auditoria Independente

Em atendimento à Resolução CVM nº 162/2022, informamos que nem a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Financeiras da Sociedade, nem pessoas a ela ligadas, presta outros serviços à Sociedade que não os de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente, ou promover o interesse deste.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2024.

DIRETORIA

Fabiano Siqueira de Oliveira (Diretor)	Fabio Alberto Amorosino (Diretor Presidente)	Eduardo Pinto de Oliveira (Diretor)

Este Relatório da Administração, elaborado pela Diretoria, foi examinado e aprovado em reunião do Conselho de Administração de 08 de fevereiro de 2024.

Notas Explicativas

ALFA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (EM REAIS MIL - EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 1 – ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO

A Alfa Holdings S.A. ("Sociedade"), que é uma sociedade anônima de capital aberto, está sediada na Alameda Santos, 466, São Paulo – SP, CEP 01418-000, Brasil, tem como atividade principal manter participações societárias em outras empresas, na qualidade de "*holding*", com participações direcionadas, principalmente, aos segmentos financeiros indiretos (Banco Alfa de Investimento S.A., Financeira Alfa S.A. – C.F.I., Banco Alfa S.A, Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.), ramo de seguros, através da coligada direta Corumbal Participações e Administração Ltda. (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A).

A Sociedade não possui filiais e seu controle é integralmente nacional.

Em novembro de 2022, o Banco Safra e a Administradora Fortaleza firmaram acordo para aquisição da totalidade das ações que a Administradora Fortaleza possuía nas empresas do Conglomerado Alfa ("Contrato"). Após aprovação pelas autoridades competentes, a transação foi concluída em 10 de outubro de 2023, com o pagamento integral no montante de R$ 1.078 milhões. O valor global da operação (i) foi baseado em uma avaliação de 0,70x do patrimônio líquido de cada uma das sociedades operacionais que fazem parte do Conglomerado Alfa na data-base de 31 de agosto de 2023, acrescido da posição de caixa na Alfa Holdings, Consórcio Alfa e Corumbal Participações e Administração Ltda.; e (ii) observou determinados ajustes previstos no Contrato, para refletir a variação patrimonial das empresas que fazem parte da operação.

Em 24 de outubro de 2023, o Safra apresentou à CVM pedido de registro das ofertas públicas unificadas para aquisição de ações de emissão das companhias abertas do Conglomerado Alfa ("OPAs") ao preço por ação de 80% (oitenta por cento) do preço por ação pago pelo Banco Safra no âmbito da operação de aquisição de controle. Para fins de cancelamento de registro, as OPAs foram estendidas às ações preferenciais, pelo mesmo preço a ser pago pelas ações ordinárias de emissão das companhias abertas do Conglomerado Alfa, sujeitas a determinadas condições definidas nos respectivos editais das OPAs.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As práticas contábeis utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras referentes a 31 de dezembro de 2023 são consistentes com as utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras referentes a 31 de dezembro de 2022, divulgadas em conjunto para efeito de comparação.

As notas explicativas às Demonstrações Financeiras contêm descrições, narrativas e detalhes da composição das informações apresentadas nos balanços patrimoniais, nas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Estas Demonstrações Financeiras foram concluídas em 08 de fevereiro de 2024 e aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade na mesma data.

Notas Explicativas

a) Moeda funcional e de apresentação
As Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Sociedade e de suas coligadas. Exceto quando indicado, as informações contábeis expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

b) Base para avaliação
As Demonstrações Financeiras foram elaboradas tomando por base o custo amortizado, com exceção dos determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, se houver, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico, geralmente, baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca dos ativos.

c) Uso de estimativas e julgamentos
No processo de elaboração das Demonstrações Financeiras da Sociedade, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem na Sociedade com:

- Provisão para riscos fiscais; e
- Ativos tributários diferidos.

d) Informações sobre participações detidas em coligadas
(i) A Sociedade não tem controle isolado sobre nenhuma investida, todas são coligadas.
(ii) A Sociedade tem influência significativa em suas investidas, pois nelas mantém, direta ou indiretamente, vinte por cento ou mais do poder de voto, portanto pode participar nas decisões financeiras e operacionais sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas.

- **ALTERAÇÃO DE NORMA CONTÁBIL**

i) Alterações das Normas Contábeis

Contratos no escopo da IFRS 17
Contratos emitidos pela Organização que correspondem à definição de contratos de seguros nos termos da IFRS 17: a) contratos de seguro, incluindo contratos de resseguro, emitidos; b) contratos de resseguro mantidos; e c) contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos, desde que a entidade também emita contratos de seguro. Um contrato de seguro é definido como um contrato sob o qual uma parte (o emissor) aceita risco de seguro significativo de outra parte (o segurado) ao concordar em compensar o segurado se um evento futuro incerto especificado (o evento segurado) afetar adversamente o segurado. Ou seja, o contrato precisa transferir risco de seguro significativo para ser classificado como contrato de seguro.

Nível de Agregação
As coligadas indiretas, Alfa Seguradora e Alfa Previdência determinaram suas carteiras de seguro para riscos aceitos e cedidos com base na estrutura de divisão de negócios (produtos). O cenário final para a formação das carteiras é o seguinte:
Alfa Seguradora – auto e patrimonial.
Alfa Previdência – previdência (PGBL/VGBL), plano de riscos, prestamista e pessoas.

Modelo de Mensuração
Existem três possíveis modelos de mensuração no IFRS17:

- **Modelo geral (BBA):** Essa abordagem é aplicada a todos os contratos de seguro, a menos que tenham características de participação direta, conforme definido abaixo, ou o contrato seja elegível e a entidade

Notas Explicativas

opte por aplicar a abordagem de alocação de prêmio. Composto pelas carteiras de planos de risco e prestamista

- **Abordagem de alocação de prêmios (PAA):** Esta abordagem é uma simplificação opcional da mensuração do passivo por cobertura remanescente, para contratos com cobertura de curto prazo. Composta pelas carteiras de pessoas, auto e patrimonial.
- **Abordagem de taxa variável (VFA):** Esta abordagem é aplicada a contratos com características de participação direta. Esses contratos são contratos de serviços substancialmente relacionados a investimentos sob os quais uma entidade promete um retorno de investimento com base em itens subjacentes. Esta abordagem não pode ser utilizada para a mensuração de contratos de resseguro emitidos ou mantidos. Composta pela carteira de previdência.

Abordagens de Transição

As coligadas indiretas, Alfa Seguradora e Alfa Previdência entenderam que determinar projeções de fluxos de caixa futuros em datas anteriores à data de transição é impraticável, consoante com o *Basis for Conclusion* do IFRS17. Foi aplicada a abordagem retrospectiva completa para as carteiras mensuradas sob o modelo PAA a abordagem retrospectiva modificada para as carteiras mensuradas pelo modelo BBA e abordagem valor justo para as carteiras mensuradas pelo modelo VFA.

Impactos da Adoção do IFRS 17

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022			
	Saldo Publicado	Ajuste	Saldo Inicial Ajustado
Ativo Circulante	**69.620**	-	**69.620**
Outros ativos	69.620	-	69.620
Ativo não Circulante	**1.008.999**	**7.872**	**1.016.871**
Outros ativos	557	-	557
Investimentos em coligadas	1.008.442	7.872	1.016.314
TOTAL DO ATIVO	**1.078.619**	**7.872**	**1.086.491**
PASSIVO			
Passivo Circulante	**11.752**	**-**	**11.752**
Outros passivos	11.752	-	11.752
Passivo não Circulante	**116**	**-**	**116**
Outros passivos	116	-	116
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			**-**
Capital social	404.933	-	404.933
Reservas de capital	9.937	-	9.937
Reservas de lucros	621.909	7.872	629.781
Ajustes de avaliação patrimonial	29.972	-	29.972
Total do patrimônio líquido	**1.066.751**	**7.872**	**1.074.623**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.078.619**	**7.872**	**1.086.491**

Notas Explicativas

ALFA

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Seguem, abaixo, as principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

O saldo em caixa e equivalentes de caixa compreende disponibilidades em caixa e depósitos bancários à vista (no Brasil). Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos.

b) Instrumentos financeiros ativos e passivos

i. **Reconhecimento e mensuração inicial**

Todos os instrumentos financeiros operados pela Sociedade são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo. No curso normal dos negócios, o valor justo de um instrumento financeiro no seu reconhecimento inicial é o preço da transação, acrescido (para instrumentos não avaliados subsequentemente a valor justo por meio do resultado) dos custos de transação que são incrementais diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

ii. **Apresentação dos instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros detidos pelo Conglomerado Alfa estão classificados em uma das categorias apresentadas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 a seguir:

(1) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: i) aqueles cujo o objetivo do modelo de negócio seja manter ativos para receber fluxos de caixas contratuais; e ii) os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxo de caixa que se referem exclusivamente a pagamento do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juro efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(2) Ativos financeiros (instrumentos de dívida) classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente: i) aqueles ativos cujo o objetivo do modelo de negócios seja alcançado pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais e pela venda de ativos financeiros; e ii) os termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamento do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

(3) Ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos que não se enquadrem nos itens "1" e "2" acima. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

(4) Passivos Financeiros: são classificados como mensurados ao custo amortizados; excetos os passivos derivativos.

Notas Explicativas

O CPC 46 define que a determinação do valor justo de um Ativo ou Passivo financeiro pode prever o uso de três abordagens quanto ao tipo de informação utilizada para avaliação, as quais são chamadas níveis de hierarquia de valor justo, a saber:

i. Nível I: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
ii. Nível II: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
iii. Nível III: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

As práticas contábeis adotadas para cada uma das categorias de instrumentos financeiros são apresentadas em tópicos específicos abaixo.

iii. **Baixa**

Ativos financeiros são baixados quando a) os direitos contratuais sobre seus fluxos de caixa expiram; ou b) quando os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da propriedade são transferidos; ou c) quando não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro e não o controla.

Os passivos financeiros (ou uma parte de um passivo financeiro) são baixados quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou se expiram, conforme requer o CPC 48/IFRS 9, parágrafo 3.3.1.

iv. **Compensação de ativos e passivos financeiros**

Os ativos e os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço quando, e somente quando, possuem o direito legal de compensar os valores, e a intenção de liquidá-los pelo valor líquido ou de realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

As receitas e as despesas são apresentadas em bases líquidas somente quando permitido pelas normas contábeis.

c) Investimento em coligadas

Participações em entidades sob controle comum e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras.

As Demonstrações Financeiras das coligadas, para fins de apuração da equivalência patrimonial, são elaboradas para o mesmo período de divulgação, segundo as mesmas práticas contábeis e na moeda funcional da Sociedade.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as Demonstrações Financeiras incluem a participação do grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

d) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos no resultado, exceto quando estão relacionados com avaliação a valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda, quando são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido. Os impostos reconhecidos no patrimônio líquido decorrentes de avaliação de instrumentos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultado, no momento em que forem reconhecidos em resultado os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Notas Explicativas

ALFA

Os impostos correntes são os que se espera que sejam pagos na forma e período estabelecidos na legislação e com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando as alíquotas de impostos em vigor.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos e sua base fiscal, utilizando-se as alíquotas de impostos na forma e período estabelecido na legislação e em vigor na data do balanço.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos ativos foram reconhecidos considerando a expectativa, baseada em estudo documentado, de que lucros tributáveis futuros serão capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

e) Provisões

As provisões, que incluem demandas legais contra a Sociedade, tendo como origem fatos passados, são constituídas sempre que uma saída de recursos para sua liquidação seja avaliada como provável e possa ser exigível legalmente, e o seu valor possa ser estimado em bases confiáveis.

As obrigações contingentes incluem demandas legais contra a Sociedade, decorrentes de fatos passados, mas cuja existência somente possa ser confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam sob o controle da Sociedade. Estas são divulgadas em notas explicativas sempre que uma saída de recursos para sua liquidação seja avaliada como provável, com a condição de que seus valores não possam ser estimados em bases confiáveis**.**

f) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de prestação de serviço são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados. Os custos e as despesas são reconhecidos quando incorridos, independentemente da liquidação financeira subjacente.

g) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pelo número médio ponderado de ações em circulação.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações diluidoras, se existentes, como as resultantes de dívida conversível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores.

h) Demonstração do valor adicionado – DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros (custo e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal,

impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Depósito bancário de livre movimentação em moeda nacional	**23**	**64**

NOTA 5 – TÍTULOS PARA INVESTIMENTO

O valor desta rubrica é composto por:

Descrição	Classificação	31.12.2023			31.12.2022		
		Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Letras Financeiras (i)	Valor justo por meio do resultado	7.477	-	7.477	20.031	6.549	26.580
Certificados de depósitos bancários (i)	Valor justo por meio do resultado	-	47.192	47.192	26.649	7.758	34.407
LAM - Alfa Leasing (ii)	Valor justo por meio do resultado	5.840	-	5.840	-	5.144	5.144
Total dos títulos para investimento		**13.317**	**47.192**	**60.509**	**46.680**	**19.451**	**66.131**

(i) Em 31 de dezembro de 2023, os títulos para investimento referem-se a operações com o Banco Alfa de Investimento S.A., com vencimento até 29.10.2025.
(ii) Em 31 de dezembro de 2023, as letras de arrendamento mercantil referem-se a operações com a Alfa Arrendamento Mercantil S/A, com vencimento até 16.09.2024.

Estão sendo classificadas no ativo circulante por possuírem liquidez imediata, sem risco significativo de mudança de valor.

NOTA 6 – OUTROS ATIVOS

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Circulante		
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	-	2.121
Impostos e contribuições a compensar (i)	1.945	1.301
Diversos	7	3
Total de outros ativos circulante	**1.952**	**3.425**
Não Circulante		
Depósitos judiciais (ii)	169	546
Opções por incentivos fiscais	5	5
Total de outros ativos não circulante	**174**	**551**

i) Impostos e contribuições a compensar:
O valor desta rubrica é composto por IRPJ e CSLL antecipados em exercícios anteriores, atualizados pela taxa Selic. A compensação dos créditos vem sendo feita através de pedidos de compensação PER/DCOMP, à medida que a Sociedade apura impostos federais a recolher.

ii) Depósitos judiciais:
Trata-se de Contribuição Previdenciária incidente sobre honorários de diretoria do período de janeiro/90 a julho/94 recolhida com a mesma alíquota incidente sobre folha de pagamento de funcionários, nos moldes da

Notas Explicativas

ALFA

exigência contida no inciso I, do art. 3º, da Lei nº 7.787/89 e art. 22, inciso I, da Lei nº 8.212/91, a qual foi considerada inconstitucional pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal. Houve decisão judicial favorável à Sociedade, transitada em julgado. A Sociedade realizou o levantamento de parte do depósito judicial, outra parte foi transferida para garantia de outro processo a pedido da Fazenda Nacional e há ainda um saldo residual a ser levantado.

NOTA 7 – INVESTIMENTOS EM COLIGADAS

As participações em entidades coligadas estão demonstradas a seguir:

		% de participação		Investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
	Segmento	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Banco Alfa de Investimento S.A.	Financeiro	-	17,78	-	300.352	468	18.707
Financeira Alfa S.A. - C.F.I.	Financeiro	-	16,94	-	177.748	219	3.013
BAI Participações S.A.	Financeiro	50,06	-	296.789	-	(4.031)	-
FASA Participações S.A.	Financeiro	50,03	-	177.271	-	(696)	-
Corumbal Partic. e Administ. Ltda.	Serviços	43,56	43,56	557.958	530.301	19.785	43.207
Metro Tecnologia e Serviços Ltda.	Serviços	-	-	-	-	-	(301)
Outros Investimentos	-	-	-	41	41	-	-
Totais				**1.032.059**	**1.008.442**	**15.745**	**64.626**

As movimentações dos investimentos em coligadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstradas da seguinte forma:

Coligadas	Saldos em 31.12.2022	Equivalência Patrimonial	Dividendos e JCP	Aquisições / (Alienações) de ações e Outros	Saldos em 31.12.2023
Banco Alfa de Investimento S.A.	300.352	468	-	(300.820)	-
Financeira Alfa S.A. - C.F.I.	177.748	219	-	(177.967)	-
BAI Participações S.A. (1)	-	(4.031)	-	300.820	296.789
FASA Participações S.A. (2)	-	(696)	-	177.967	177.271
Corumbal Partic. e Administ. Ltda. (3)	530.301	19.785	-	7.872	557.958
Outros Investimentos	41	-	-	-	41
Totais	**1.008.442**	**15.745**	**-**	**7.872**	**1.032.059**

Coligadas	Saldos em 31.12.2021	Equivalência Patrimonial	Dividendos e JCP	Aquisições / (Alienações) de ações e Outros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Saldos em 31.12.2022
Banco Alfa de Investimento S.A.	282.824	18.707	(3.349)	-	2.170	300.352
Financeira Alfa S.A. - C.F.I.	174.741	3.013	(6)	-	-	177.748
Corumbal Partic. e Administ. Ltda. (4) e (5)	450.291	43.207	-	69.597	(32.794)	530.301
Metro Tecnologia e Serviços Ltda. (5)	69.898	(301)	-	(69.597)	-	-
Outros Investimentos	41	-	-	-	-	41
Totais	**977.795**	**64.626**	**(3.355)**	**-**	**(30.624)**	**1.008.442**

Notas Explicativas

1) Em 31 de março de 2023 ocorreu a constituição de uma sociedade por ações de capital fechado sob denominação BAI PARTICIPAÇÕES S.A., conforme Ata da Assembleia Geral de Constituição. A integralização das 15.743.966 ações ordinárias, foi realizada pela Alfa Holdings S.A., mediante transferência das ações por esta detidas no capital do Banco Alfa de Investimento S.A., passando a Bai Participações ser a acionista direta do Banco Alfa de Investimentos S.A.

2) Em 31 de março de 2023 ocorreu a constituição de uma sociedade por ações de capital fechado sob denominação FASA PARTICIPAÇÕES S.A., conforme Ata da Assembleia Geral de Constituição. A integralização das 17.391.877 ações ordinárias, foi realizada pela Alfa Holdings S.A., mediante transferência das ações por esta detidas no capital da Financeira Alfa S.A. – C.F.I., passando a Fasa Participações ser a acionista direta da Financeira Alfa S.A. – C.F.I.

3) A partir dos exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2023, as empresas seguradoras precisam se adequar aos requisitos do IFRS 17/CPC 50 – contratos de seguro. Esta norma tem o objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas Informações Trimestrais, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo. A Alfa Seguradora S.A e a Alfa Previdência S.A, coligadas indiretas da Sociedade, avaliaram e concluíram que o impacto da adoção IFRS 17/CPC 50 foi de R$7.872 mil no patrimônio líquido de 01 de janeiro de 2023.

4) Em 23 de setembro de 2022, a controlada Corumbal Participações e Administração Ltda. (Corumbal) liquidou o investimento que possuía na sua controlada direta Realplan Securities Inc. (Realplan), gerando a realização da variação cambial acumulada registrada no patrimônio líquido, na conta de ajuste de avaliação patrimonial.

5) Em 31 de março de 2022, a coligada Corumbal incorporou a coligada Metro Tecnologia e Serviços Ltda. (Metro), que foi extinta, a fim de simplificar a estrutura, diminuir custos e reduzir procedimentos de natureza contábil e administrativa. Nessa operação, a Corumbal absorveu integralmente o patrimônio da Metro, no valor de R$132.372, conforme avaliação realizada por empresa especializada.

Abaixo apresentamos um sumário das informações contábeis das coligadas:

	31.12.2023						
	Ativo			Passivo			
Coligadas	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Patrimônio líquido	Total
BAI Participações S.A.	1	595.655	**595.656**	8	-	595.648	**595.656**
FASA Participações S.A.	8	356.672	**356.680**	8	-	356.672	**356.680**
Corumbal Participações e Adm. Ltda.	356.522	947.332	**1.303.854**	16.254	6.557	1.281.043	**1.303.854**

	31.12.2022						
	Ativo			Passivo			
Coligadas	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Patrimônio líquido	Total
Banco Alfa de Investimento S.A.	13.284.566	14.234.782	**27.519.348**	18.506.470	7.316.196	1.696.682	**27.519.348**
Financeira Alfa S.A.-C.F.I.	7.608.906	3.366.559	**10.975.465**	4.222.784	5.696.583	1.056.098	**10.975.465**
Corumbal Participações e Adm. Ltda.	317.439	923.940	**1.241.379**	9.167	14.669	1.217.543	**1.241.379**

Notas Explicativas

	Demonstração do resultado do período 31.12.2023								
Coligadas	**Receitas de venda de bens e/ou serviços**	**Custos dos bens e/ou serviços**	**Resultado bruto**	**Despesas/ receitas operacionais**	**Outras receitas/ despesas operacionais**	**Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos**	**Resultado financeiro**	**IRPJ/ CSLL**	**Lucro do período**
BAI Participações S.A.	-	-	**-**	7.718	(8)	**7.710**	(14.841)	-	**(7.131)**
FASA Participações S.A.	-	-	**-**	4.668	(8)	**4.660**	(5.619)	(2)	**(961)**
Corumbal Participações e Adm. Ltda.	-	-	**-**	77.222	-	**77.222**	(17.605)	(14.190)	**45.427**

	Demonstração do resultado do período 31.12.2022								
Coligadas	**Receitas de venda de bens e/ou serviços**	**Custos dos bens e/ou serviços**	**Resultado bruto**	**Despesas/ receitas operacionais**	**Outras receitas/ despesas operacionais**	**Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos**	**Resultado financeiro**	**IRPJ/ CSLL**	**Lucro do período**
Banco Alfa de Investimento S.A.	59.037	(10.013)	**49.024**	(265.527)	(56.478)	**(272.981)**	387.419	5.076	**119.514**
Financeira Alfa S.A.-C.F.I.	18.896	(35.758)	**(16.862)**	(257.953)	(34.295)	**(309.110)**	357.665	(9.912)	**38.643**
Corumbal Participações e Adm. Ltda.	-	-	**-**	46.133	73.941	**120.074**	(13.468)	(7.405)	**99.201**

NOTA 8 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social

	31.12.2023			
	Total	**Ordinárias**	**Preferenciais**	**Capital**
Saldo inicial	84.682.269	46.011.632	38.670.637	404.933
Aumento de capital (*)	-	-	-	25.312
Saldo final	**84.682.269**	**46.011.632**	**38.670.637**	**430.245**

	31.12.2022			
	Total	**Ordinárias**	**Preferenciais**	**Capital**
Saldo inicial	84.682.269	46.011.632	38.670.637	397.552
Aumento de capital	-	-	-	7.381
Saldo final	**84.682.269**	**46.011.632**	**38.670.637**	**404.933**

(*) Em 30.03.2023, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária, a qual aprovou aumento do capital social, passando de R$ 404.933 para R$ 430.245, mediante incorporação de parte de reservas de lucros, sem emissão de novas ações.

As ações preferenciais estão assim distribuídas:

	31.12.2023		
Classe de ações	**PNA**	**PNB**	**TOTAL**
- Quantidade	14.313.881	24.356.756	38.670.637

	31.12.2022		
Classe de ações	**PNA**	**PNB**	**TOTAL**
- Quantidade	14.313.881	24.356.756	38.670.637

As ações preferenciais não gozam do direito de voto e a elas são atribuídos os seguintes direitos/vantagens:

a) Recebimento de dividendo, por ação, pelo menos igual ao atribuído a cada ação ordinária multiplicado por 1,10 (um inteiro e um décimo) (artigo 17, §1º, inciso II, da Lei de Sociedades por Ações), observado o item c);

Notas Explicativas

b) Reembolso do capital, nos casos de amortização de ações ou de liquidação da Sociedade e;

c) Apenas as ações preferenciais da Classe "A" terão direito a um dividendo anual por ação que tenha o maior valor entre: (i) o dividendo previsto no item a) ou (ii) 12% (doze por cento) do valor da parte do capital que estas ações representem dividido pelo número de ações desta classe. Referido dividendo será pago com preferência sobre quaisquer dividendos das ações ordinárias.

b) Reservas de capital

As Reservas de capital estão assim representadas:

	31.12.2023	31.12.2022
Reservas de manutenção do capital de giro	378	378
Reserva de incentivos fiscais	667	667
Reserva p/ incorporação ao capital	1.068	1.068
Outras reservas de capital (dividendos prescritos)	8.206	7.823
Total	**10.319**	**9.936**

c) Reservas de lucros

c.1) Reserva legal

É constituída com aplicação de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do Capital Social.

c.2) Reserva de lucros a realizar

É constituída pelo saldo desta mesma reserva no final do exercício anterior acrescido do montante do dividendo obrigatório no exercício, calculado nos termos da Lei 6.404/76 e do Estatuto da Sociedade, menos os dividendos efetivamente pagos no exercício, que incluem, mas podem não se limitar a: (i) a parcela dos lucros realizados, correspondente aos dividendos recebidos de investidas e pagos pela Sociedade aos seus acionistas, conforme disposição contida no artigo 197, da Lei 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 10.303/01 e; (ii) a parcela complementar necessária ao pagamento dos dividendos estatutários pela Sociedade, quando os lucros realizados não forem suficientes.

No ano 2023, a parcela de lucros realizados correspondentes aos dividendos recebidos de coligadas foi de R$ 2.121. Adicionalmente, a parcela complementar necessária ao pagamento dos dividendos estatutários pela Sociedade foi de R$ 6.608, totalizando no ano o valor de R$ 8.729.

A Reserva de Lucros a Realizar está assim representada:

	Antes da Lei nº 10.303	Após a Lei nº 10.303	Total
Saldo inicial em 01.01.2023	87.100	79.254	166.354
Efeito da adoção inicial do IFRS 17 (nota 2)			7.872
Constituição	-	3.932	3.932
Realização	-	-	(8.729)
Saldo Final em 31.12.2023	**87.100**	**83.186**	**169.429**

Notas Explicativas

c.3) Reservas estatutárias

Nos termos da Legislação Societária, a Sociedade deve destinar 5% de seu lucro anual, que pode ser utilizado para aumento de capital ou absorção de perdas, mas não pode ser distribuído na forma de dividendos.

d) Lucros acumulados

Qualquer lucro que restar após a distribuição de dividendos nos registros legais da Sociedade e as apropriações às reservas legais será transferido à Reserva Especial para Aumento de Capital em 90% e Reserva Especial para Dividendos em 10%, até atingirem o limite de 80% e 20%, respectivamente, do Capital Social, e, quando houver excesso, este será eliminado mediante aumento de capital.

e) Dividendos

O Estatuto prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, ajustado conforme o disposto no art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. Conforme disposição estatutária, e nos termos da Lei n.º 6.404, artigo 17, § 1º, inciso II, as ações preferencias tem direito ao recebimento de dividendo, por ação, pelo menos igual ao atribuído a cada ação ordinária multiplicado por 1,10 (um inteiro e um décimo) (artigo 17, §1º, inciso II, da Lei de Sociedades por Ações).

NOTA 9 – DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Benefícios – FGTS	(81)	(65)
Remuneração diretoria, conselho de administração e fiscal	(2.325)	(2.323)
Encargos sociais e previdenciários	(400)	(401)
Parcela anual complementar de honorário	(630)	(567)
Total	**(3.436)**	**(3.356)**

NOTA 10 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Anuidade B3 - Brasil, Bolsa e Balcão e CVM	(127)	(128)
Convênio de ações escriturais	(73)	(68)
Propaganda, publicidade, publicações e relações públicas	(34)	(37)
Serviços de terceiros	(351)	(150)
Provisões Contabilidade	(949)	-
Despesas tributárias (*)	(1.591)	(675)
Provisões diversas	(268)	-
Doações	(19)	(32)
Outras	(54)	(65)
Total	**(3.466)**	**(1.155)**

(*) Refere-se basicamente aos recolhimentos do Imposto de Renda Retido na Fonte, dos exercícios de 2018 a 2020, sobre os rendimentos dos seus executivos e que tais retenções de fonte foram devidamente compensados nos seus respectivos vencimentos com créditos tributários detidos por esta empresa amparadas por decisão judicial transitada em julgado. Tais compensações não foram homologadas pela Receita Federal até o momento,

Notas Explicativas

ALFA

e por este motivo, houve o recolhimento, com posterior recuperação deste crédito tributário, tão logo a RFB analise a contestação da origem do crédito tributário utilizado nestas compensações.

NOTA 11 - IMPOSTOS SOBRE A RENDA CORRENTE

Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	31.12.2023		31.12.2022	
	IRPJ	C. Social	IRPJ	C. Social
Lucros antes das tributações	17.012	17.012	67.960	67.960
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(4.253)	(1.531)	(16.990)	(6.116)
Efeito das adições e exclusões				
- Adições:	**(584)**	**(210)**	**(350)**	**(126)**
Outras adições	(584)	(210)	(350)	(126)
- Exclusões:	**4.513**	**1.608**	**16.201**	**5.812**
Resultado de equivalência patrimonial	3.936	1.417	15.318	5.514
Outras exclusões, inclui prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	398	134	331	114
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	158	57	520	184
Doações	21	-	32	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social	**(324)**	**(133)**	**(1.139)**	**(430)**

A Sociedade deixou de constituir Créditos Tributários de Imposto de Renda e de Contribuição Social que, em 31 de dezembro de 2022, apresentaram saldos acumulados de R$ 5.675 mil (R$ 5.174 mil em 2022) e R$ 1.913 mil (R$ 1.712 mil em 2022), respectivamente.

NOTA 12 - NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

O caixa e equivalentes de caixa, apresentado na Demonstração dos fluxos de caixa, está constituído por:

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
No início do período	**66.195**	**69.385**
Disponibilidades	64	457
Títulos para investimentos (1)	66.131	68.928
No final do período	**60.532**	**66.195**
Disponibilidades	23	64
Títulos para investimentos (1)	60.509	66.131
Variação em caixa e equivalentes de caixa	**(5.663)**	**(3.190)**

(1) Tratam-se de aplicações com liquidez imediata.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa é representado por disponibilidades e ativos financeiros de alta liquidez, que possuem um risco insignificante de mudanças em seu valor justo, e tem como finalidade o gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Sociedade.

Notas Explicativas

ALFA

NOTA 13 - GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

O Gerenciamento de Riscos é um instrumento essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação risco x retorno para a Sociedade. O gerenciamento e monitoramento dos riscos envolvidos nas diversas atividades do Conglomerado Alfa são realizados por área independente através de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e do acompanhamento constante das posições assumidas através de técnicas específicas, consoante às diretrizes estabelecidas pela Administração.

O gerenciamento dos riscos de liquidez e mercado é realizado de forma consolidada para todas as empresas integrantes do Conglomerado Alfa. Isto decorre do fato de que o caixa das entidades integrantes do Conglomerado Alfa é gerenciado de forma unificada.

a) Gestão do capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer um retorno adequado e seguro aos seus acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade é formada pelo patrimônio líquido, que inclui capital social, reservas de capital, reservas legal, estatutária e de lucros a realizar e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 09.

b) Risco de liquidez

O controle e estratégia de liquidez são decididos pelo Comitê de Caixa que se reúne diariamente antes do início das operações, com o objetivo de avaliar o comportamento dos diversos mercados de juros, dólar e bolsas, domésticos e internacionais, bem como, definir as estratégias do dia e avaliar o fluxo de caixa das empresas financeiras. O Comitê de Caixa gerencia o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade e de grande liquidez, cujas posições são monitoradas on-line e casadas cuidadosamente quanto a moedas e prazos. Adicionalmente, os controles do risco de liquidez utilizam-se de fluxo de caixa projetado diariamente, adotando-se as premissas de fluxo de vencimento das operações financeiras, fluxo de caixa de despesas, o nível de atraso nas carteiras e antecipação de passivos.

c) Gerenciamento do risco de liquidez

A abordagem do Conglomerado Alfa com relação ao gerenciamento de liquidez é assegurar, o máximo possível, que o Conglomerado Alfa terá sempre a liquidez necessária para cumprir com suas obrigações nos devidos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou colocar em risco a reputação da organização.

d) Risco de mercado

Por meio de sua atividade, a Sociedade fica exposta principalmente a riscos financeiros relacionados à probabilidade de perda decorrente dos impactos de flutuações dos preços e taxas de mercados sobre as posições ativas e passivas da carteira própria das suas coligadas. A política global em termos de exposição a riscos de mercado é conservadora, sendo a estratégia e os limites de VaR (*Value at Risk*) definidos pelo Comitê de Gestão de Risco de Mercado das coligadas e seu cumprimento acompanhado diariamente por área independente à gestão das carteiras, através de métodos e modelos estatísticos e financeiros desenvolvidos de forma consistente com a realidade de mercado. A metodologia para apuração do VaR é baseada no modelo paramétrico, com intervalo de confiança de 99% para o horizonte de tempo de um dia e as volatilidades são calculadas pela metodologia EWMA com a utilização de lambda de 0,94. Além do VaR, são adotados os parâmetros de risco acumulado mensal e cenários de

Notas Explicativas

estresse em que são elaborados cenários históricos e hipotéticos para as taxas de mercado e verificados os possíveis impactos nas posições. As informações para elaboração das curvas de mercado são obtidas através da tabela de taxas médias divulgada diariamente pela B3 - Brasil, Bolsa e Balcão complementando a estrutura de acompanhamento, controle e gestão de riscos de mercado, são calculados diariamente os valores exigidos de capital para cobertura das exposições ao risco de mercado. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível no site **www.alfanet.com.br**.

e) Risco operacional

A Gestão de Risco Operacional tem por objetivo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos operacionais, aos quais o Conglomerado Alfa está sujeito, e a consequente adoção de medidas preventivas. Tais ações visam resguardar nossa imagem de integridade e correção perante a comunidade, acionistas, colaboradores e autoridades reguladoras, gerando benefícios resultantes da boa gestão destes riscos. Em conformidade com a política institucional, o gerenciamento do risco operacional é de responsabilidade do Departamento de Gestão de Riscos. Este departamento reporta-se diretamente à Diretoria de Gestão Integrada de Riscos, que além de coordenar as atividades inerentes ao processo, desempenha também o papel de disseminador da cultura de prevenção ao risco operacional pelo Conglomerado Alfa. É sua responsabilidade reportar ao Comitê de Controles de Risco Operacional a identificação e ações para correção de eventuais deficiências de controle e gerenciamento de riscos operacionais. Cabe ressaltar que as medidas tomadas e registradas em atas neste comitê serão acompanhadas diretamente pela Presidência e Conselho de Administração do Conglomerado Alfa. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

NOTA 14 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio do CPC 05 (R1), são efetuadas operações com empresas coligadas a taxas e valores médios usuais de mercado.

Partes relacionadas entre a Sociedade e Coligadas

Descrição	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
Caixa e disponibilidade em bancos	**10**	**5**	**-**	**-**
- Outras partes relacionadas	**10**	**5**	**-**	**-**
Banco Alfa S.A.	10	5	-	-
Títulos para Investimento	**60.509**	**66.131**	**7.970**	**7.766**
- Outras partes relacionadas	**5.840**	**5.144**	**696**	**194**
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	5.840	5.144	696	194
- Coligadas	**54.669**	**60.987**	**7.274**	**7.572**
Banco Alfa de Investimento S.A.	54.669	60.987	7.274	7.572
Juros sobre o capital próprio e dividendos a receber	**-**	**2.121**	**-**	**3.353**
- Coligadas	**-**	**2.121**	**-**	**3.353**
Banco Alfa de Investimento S.A.	-	2.119	-	3.349
Financeira Alfa S.A. - C.F.I.	-	2	-	4

Notas Explicativas

Remuneração do pessoal-chave da Administração:

Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas é fixada a verba máxima para remuneração global dos membros da Diretoria e do Conselho da Administração. Em 2023, foi deliberado em Assembleia, o valor médio mensal da verba máxima para remuneração global até R$ 183 (R$ 183 em 2022). Em 2023, foi pago a título de remuneração da Administração o valor total de R$ 1.662 (R$ 1.640 em 2023).

(1) Benefícios – Conselho de Administração e Diretoria: Em 2023 e 2022 não houve pagamento de benefícios. A Sociedade não concede benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato para o pessoal-chave da Administração, excetuado o recolhimento de FGTS sobre os honorários pagos à Diretoria.

(2) A Sociedade não concede empréstimos ou adiantamentos para:
- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas que participem, com mais de 10%, da própria empresa, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pela Sociedade empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

(3) Participação acionária:
Os membros do Conselho de Administração não possuem participação acionária na Sociedade em 31 de dezembro de 2023.

NOTA 15 – OUTROS ASSUNTOS

O Supremo Tribunal Federal julgou dois recursos extraordinários - RE 955227 (Tema 885) e RE 949297 (Tema 881) -, de relatoria dos ministros Luís Roberto Barroso e Edson Fachin. Tais julgamentos tinham como objeto a análise dos efeitos da coisa julgada em matéria tributária. O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte posteriormente se posicione em sentido contrário. O Conglomerado Alfa informa que cumpre integralmente suas obrigações fiscais com base a legislação tributária vigente e que a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) não produz efeitos com relação às Empresas do grupo.

Eliane Carolina Quaglio Arjonas
Contadora
CRC 1SP 232846/O-2

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Alfa Holdings S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Alfa Holdings S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado,
do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alfa Holdings S.A. em
31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.
Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".
Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos.

Investimentos em coligadas (Nota Explicativa no 7)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria
As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Nesse contexto, algumas das coligadas foram consideradas componentes significativos durantes nossos trabalhos e são auditadas por outro auditor independente. Devido à relevância dos valores envolvidos e sua representatividade sobre as demonstrações financeiras da Sociedade, consideramos esse assunto, como significativo para nossa auditoria, tendo em vista também os diversos procedimentos de auditoria que estamos sujeitos a executar, além de supervisionar o nível de qualidade e competência do auditor componente, conforme previsto e requerido na norma de auditoria de grupos.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:
• A revisão dos papéis de trabalho e, sobretudo, uma ampla comunicação com os auditores componentes das controladas significativas com o objetivo de discutir os riscos de auditoria, o enfoque, alcance, a época e a extensão da realização dos trabalhos;
• Aplicamos os conceitos previstos e de acordo com a NBC TA 600 (R1)/ ISA 600 – Considerações especiais – Auditorias de demonstrações financeiras de grupo, entre outros procedimentos executados, emitimos instruções de auditoria com a solicitação de análises e declarações requeridas, bem como revisamos os papéis de trabalho dos componentes e discutimos os procedimentos de auditoria executados e os resultados alcançados, de forma a concluir se os mesmos haviam sido adequadamente planejados de forma a endereçar os riscos de distorção relevante e/ou necessitavam de procedimentos e/ou testes adicionais; e
• Em relação aos principais assuntos de auditoria identificados nas coligadas, discutimos com o auditor componente e avaliamos os eventuais impactos sobre as demonstrações financeiras e eventuais reflexos nas divulgações da Sociedade.
Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos
que as informações contábeis dos investimentos em coligadas e seus reflexos nas demonstrações financeiras, bem como suas respectivas divulgações apresentadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2023.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)
A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a

procedimentos de auditoria executados em conjunto com nossa auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
• Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.
Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da

comunicação para o interesse público.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal analisaram e aprovaram, por unanimidade, o Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras individuais referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo - SP, 08 de fevereiro de 2024.

Paulo Caio Ferraz de Sampaio
Eurico Ferreira Rangel
Rubens Barletta
Valter dos Santos

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram: (i) o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; e (ii) concordaram com o conteúdo do correspondente Parecer dos Auditores Independentes, nos termos do artigo 27, parágrafo primeiro, incisos V e VI da Resolução CVM nº 80/2022.

São Paulo - SP, 08 de fevereiro de 2024.

Fabio Alberto Amorosino
Diretor Presidente
Eduardo Pinto de Oliveira
Diretor
Fabiano Siqueira de Oliveira
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram: (i) o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; e (ii) concordaram com o conteúdo do correspondente Parecer dos Auditores Independentes, nos termos do artigo 27, parágrafo primeiro, incisos V e VI da Resolução CVM nº 80/2022.

São Paulo - SP, 08 de fevereiro de 2024.

Fabio Alberto Amorosino
Diretor Presidente
Eduardo Pinto de Oliveira
Diretor
Fabiano Siqueira de Oliveira
Diretor